

QUADRO RESUMO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 012/2024

PAC Nº: CMB0022/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO VEICULAR (SEGURO TOTAL) PARA OS TRÊS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BETIM: FIAT ARGODRIVE 1.3, 2018/2019, PLACA QPX-8768; RENAULT LOGAN LIFE 1.0, 2023/2024, PLACA SIX-5185; E VW SAVEIRO CS RB MPI 1.6, 2023/2023, PLACA SIN-8A64.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DE FECHAMENTO DO ORÇAMENTO: 16/12/2024

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/01/2025 ÀS 09:00H

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/01/2025 ÀS 09:00H

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 21/01/2025 DAS 09:01 ATÉ 15:01H

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília – DF

EDTIAL / CERTAME: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BETIM/MG - CMB**, CNPJ: 20.257.275/0001-12, situada à Av. Gov. Valadares, 241, Betim/MG, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa Eletrônica, conforme artigo 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, sendo observadas as condições estabelecidas no presente Aviso e seus anexos, bem como preceitos do Direito Administrativo.

O Aviso estará disponível gratuitamente na página <https://www.camarabetim.mg.gov.br> e no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Fazem parte integrante deste Aviso os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS



1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Dispensa a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de serviço de proteção veicular (seguro total) para os três veículos integrantes da frota da Câmara Municipal de Betim: Fiat Argo Drive 1.3, 2018/2019, placa QPX-8768; Renault Logan Life 1.0, 2023/2024, placa SIX-5I85; e VW Saveiro CS RB MPI 1.6, 2023/2023, placa SIN-8A64, conforme condições, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso, Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A Contratação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao fornecedor a participação em quantos itens forem de seu interesse

2. DA DESPESA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor estimado da contratação é R\$ 14.963,16 (quatorze mil e novecentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos).

2.2. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento, correrão por conta do recurso alocado nas seguintes dotações orçamentárias:

2.2.1. 01.01.01.122.0002.2005.3.3.90.39/1500000 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – Operacionalização dos Serviços Administrativos, no exercício de 2025, com previsão para o exercício de 2026, na dotação equivalente.

3. DO CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS

3.1. Os fornecedores, através de seus representantes legais, deverão estar previamente credenciados junto ao órgão através do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, anteriores à data da realização da Dispensa.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do fornecedor ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Dispensa Eletrônica.

3.2. O fornecedor responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da Dispensa por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do fornecedor, realizar o cadastro junto ao portal/provedor do sistema, conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, devendo eventuais dúvidas de utilização e/ou operação, serem sanadas com o suporte do provedor.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Aviso de Dispensa Eletrônica, poderá participar do certame interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Dispensa, legalmente estabelecidos no país e que atendam a todas as exigências constantes neste Aviso e seus anexos.

4.2. A simples participação no certame importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Aviso e seus anexos.

4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/06 e do art. 4º da Lei federal nº 14.133/21.

4.4. Não poderão participar da presente Dispensa os interessados:

4.4.1. aquele que não atenda às condições deste Aviso e seus anexos;

4.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a Dispensa versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a Dispensa versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Dispensa, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Dispensa ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.8. agente público do órgão ou entidade promotora do certame

4.4.9. não poderá participar, direta ou indiretamente, da Dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.10. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.10.1. O Prefeito, o Vice-Prefeito, o Vereador, o Secretário Municipal e o Secretário Adjunto não podem contratar com o Município, subsistindo a proibição até três meses após findas as respectivas funções, conforme disposto no art. 39 da Lei Orgânica Municipal.

4.5. As pessoas jurídicas reunidas em consórcios **NÃO PODERÃO** participar da Dispensa, devido à baixa complexidade.

4.6. O impedimento de que trata o item 4.4.4 será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

4.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da Dispensa ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9. O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a Dispensa ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.10. A vedação de que trata o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do Aviso no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os fornecedores deverão encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. O fornecedor deverá elaborar a sua proposta com base no Aviso e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta Dispensa.

5.2. O fornecedor deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1. valor unitário e total para cada item, grupo ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;





5.2.2. marca, modelo (quando houver) e fabricante de cada item ofertado;

5.2.3. descrição detalhada do objeto similares às especificações do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2.3.1. A descrição do objeto, marca e modelo não podem identificar o fornecedor, sob pena de desclassificação imediata.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Aviso, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens e/ou serviços.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

5.7. O prazo de validade da proposta será conforme o **Termo de Referência**.

6. DAS DECLARAÇÕES

6.1. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, para as seguintes declarações:

6.1.1. se cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

6.1.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.1.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.1.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

6.1.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

6.1.6. O fornecedor declara que está ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

6.1.7. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



6.1.8. Fica facultado ao fornecedor, quando disponível, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

6.1.9. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

6.1.10. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

6.1.11. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

6.1.12. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante.

6.1.13. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

6.2. Como informações complementares, que serão utilizadas pelo sistema como critérios de desempate conforme o art. 60 da Lei nº 14.133/21, uma vez que este persista, esgotadas as possibilidades de lances de desempate e observado o favorecimento da Lei Complementar nº 123, os fornecedores deverão, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, para as seguintes declarações:

6.2.1. que realiza ações de equidade entre homens e mulheres;

6.2.2. que realiza ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.2.3. que a empresa está estabelecida em território do Estado de Minas Gerais;

6.2.4. que seja empresa brasileira;

6.2.5. que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.2.6. que é capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

6.3. Exauridos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/21 e, ainda assim, persistindo o empate, realizar-se-á sorteio para definir a empresa declarada vencedora.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE LANCES

7.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Aviso de Dispensa Eletrônica, ocorrerá a abertura da sessão pública para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio eletrônico, por um período de **06 (seis) horas**.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os fornecedores.

7.3. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3.1. Os fornecedores poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura e encerramento da sessão pública e as regras estabelecidas no Aviso.

7.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.





7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance ou superior ao maior desconto por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

7.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1. O julgamento da proposta será por **MENOR VALOR POR ITEM**.

8.2. Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação.

8.3. No caso do preço da proposta vencedora estiver acima do estipulado pela CMB, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

8.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela CMB.

8.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da Dispensa Eletrônica.

8.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da **proposta readequada** conforme **modelo de proposta financeira (Anexo II)** e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

8.5. A proposta deverá conter especificação clara e detalhada do objeto licitado oferecido, vedada a propositura de alternativas, ficando os fornecedores limitados às especificações deste Aviso e seus anexos, observando a ordem numérica disposta e indicando obrigatoriamente a marca e, quando houver, o modelo e:

8.5.1. identificação completa da empresa e do processo de Dispensa;

8.5.2. a indicação do banco, número da conta e agência do fornecedor vencedor, para fins de pagamento;

8.5.3. prazo de validade da proposta conforme estabelecido no **Termo de Referência**;

8.5.4. prazo para a entrega / execução dos serviços conforme **Termo de Referência**;



8.5.5. PREÇO UNITÁRIO e TOTAL dos itens/grupos/lotos, com no máximo **duas casas** após a vírgula, compreendendo todas e quaisquer despesas de responsabilidade da proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado;

8.5.6. demais informações constantes do Anexo de Modelo de Proposta Financeira.

8.6. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, **PREFERENCIALMENTE** assinada eletronicamente através de certificado digital padrão ICP-Brasil.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CMB;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

8.11. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos de habilitação são os necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto da Dispensa, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do(s) fornecedor(es) vencedor(es), e os documentos deverão ser apresentados em formato digital.

9.3. Os fornecedores poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) ou CAGEF (Cadastro Geral de Fornecedores de Minas Gerais), desde que dentro do prazo e validade, assegurado aos demais fornecedores o direito de acesso aos dados constantes desses sistemas.

9.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.4.1. SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

9.4.2. CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais;

9.4.3. CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos;

9.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)

9.4.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

9.4.6. Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.4.7. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 9.4.4, 9.4.5 e 9.4.6 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.5.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será imputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.8. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por **180 (cento e oitenta)** dias a partir da data de sua emissão.

9.9. Quando necessário documentos complementares à proposta e à habilitação, para confirmação daqueles exigidos no Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da CMB, sob pena de inabilitação.

9.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.10.1. Nestes casos, a fornecedor deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da solicitação, via sistema.

9.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.13. O fornecedor mais bem classificado na etapa de lances deverá encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a seguinte documentação para fins de habilitação.

9.13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA do fornecedor, que **deverão estar acompanhados de suas alterações ou da consolidação respectiva:**

9.13.1.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.13.1.1.1. no caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.13.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

9.13.1.3. No caso de sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.13.1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.13.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.13.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA do fornecedor:

9.13.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.13.2.2. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), atualizado;

9.13.2.3. prova de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeito de negativa, dentro do prazo de validade, para com as Fazendas:

9.13.2.3.1. Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social/INSS);

9.13.2.3.2. Estadual do domicílio ou sede do fornecedor ou outra equivalente, na forma da Lei;

9.13.2.3.3. Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

9.13.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.13.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.13.2.6. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, do fornecedor:

9.13.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial,

expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso, emitida nos últimos 6 (seis) meses.

9.13.3.2. DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.13.3.2.1. Fica assegurado direito à realização de vistoria prévia, na forma prevista no **Termo de Referência**.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.15. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

9.15.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

9.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1. Após a adjudicação e homologação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O fornecedor deverá comparecer à CMB, se convocado, para a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. A critério da CMB, o Termo de Contrato poderá ser assinado eletronicamente através da utilização de certificado digital emitido por autoridade certificadora no padrão ICP-Brasil.

10.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela CMB.

10.2.3. Para autorizar a assinatura, poderá ser solicitada documentação essencial para firmar o vínculo contratual, por exemplo: garantia contratual, licenças e outros, definidos em convocação própria.

10.3. O valor a ser atribuído ao contrato/ordem de compra será aquele resultante da proposta vencedora.

10.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.





**CÂMARA
MUNICIPAL DE
BETIM**



11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. A possibilidade de subcontratação do objeto, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais pela Contratada, e demais critérios estão estabelecidas no **Termo de Referência**.

12. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA\PRESTAÇÃO DO OBJETO

12.1. Forma e prazo para prestação conforme estabelecido no **Termo de Referência**.

13. DO POSSIBILIDADE DE VISITA TÉCNICA

13.1. Forma e prazo para visita técnica conforme estabelecido no **Termo de Referência**.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A vigência contratual está estabelecida no **Termo de Referência**.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

15.1. As obrigações da Contratada e da Contratante são as estabelecidas no **Termo de Referência**.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no **Termo de Referência**.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A forma de pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento está estabelecida no **Termo de Referência**.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, durante o certame;

18.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Anexo;



- 18.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Dispensa
- 18.1.5.** fraudar a Dispensa
- 18.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 18.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 18.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 18.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Dispensa
- 18.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/13.
- 18.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos fornecedores e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 18.2.1.** advertência;
- 18.2.2.** multa;
- 18.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 18.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3.** Na aplicação das sanções serão consideradas, entre outras, as seguintes circunstâncias:
- 18.3.1.** a natureza e a gravidade da infração;
- 18.3.2.** os danos que o cometimento da infração ocasionar;
- 18.3.3.** a vantagem auferida em virtude da infração;
- 18.3.4.** as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
- 18.3.5.** o histórico de ocorrências da infratora;
- 18.3.6.** o custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada;
- 18.3.7.** as peculiaridades do caso concreto;
- 18.3.8.** o grau de culpa ou dolo da infratora;
- 18.3.9.** as medidas adotadas pela infratora para diminuir ou minimizar os efeitos do descumprimento.
- 18.4.** A aplicação da multa deverá considerar os seguintes percentuais, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 18.4.1.** multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto ou por dia de atraso no cumprimento contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculada sobre o preço total da contratação, por ocorrência;





18.4.2. multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

18.4.3. multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o preço total do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratada ou legal;

18.4.4. multa de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o preço total da contratação, na hipótese de o fornecedor, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, assim como nos demais casos de descumprimento contratual.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública municipal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CMB, descrita no item 10.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor CMB.

18.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



18.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.13. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

19.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

19.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

19.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

19.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

19.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

19.3. As providências dos subitens 19.2.1 e 19.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

19.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pela CMB na respectiva notificação.

19.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

19.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

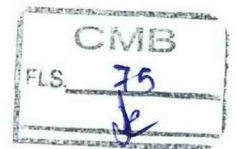
19.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a CMB poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





**CÂMARA
MUNICIPAL DE
BETIM**



19.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.


19.10. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.


19.11. Interessados poderão adquirir cópia do Aviso de Dispensa Eletrônica somente via *download* do arquivo através do Portal Eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou no Portal da CMB no endereço eletrônico <https://www.camarabetim.mg.gov.br>.

19.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes desta Dispensa será o da Comarca de Betim, local da realização do certame, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

BETIM, 30 DE DEZEMBRO DE 2024

DE ACORDO COM O PRESENTE AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA:


Marcelo Geraldo dos Santos Rezende
Procurador-Geral
Câmara Municipal de Betim


Edson Leonardo Monteiro dos Santos
Presidente
Câmara Municipal de Betim



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA ELETRÔNICO Nº 012/2024

1. DA DIRETORIA SOLICITANTE

1.1. A diretoria solicitante é a Diretoria Administrativa representada por sua diretora, Sra. Aliandra Fátima de Araújo Gomes.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de serviço de proteção veicular (seguro total) para os três veículos integrantes da frota da Câmara Municipal de Betim: Fiat Argo Drive 1.3, 2018/2019, placa QPX-8768; Renault Logan Life 1.0, 2023/2024, placa SIX-5I85; e VW Saveiro CS RB MPI 1.6, 2023/2023, placa SIN-8A64.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do serviço de seguro total para os veículos da Câmara justifica-se em virtude dos deslocamentos que são efetuados diariamente entre os prédios do Poder Legislativo, bem como para outros órgãos e instituições dentro e fora do município de Betim, para cumprimento de atividades institucionais pelos servidores e diretorias do Poder Legislativo.

3.2. Em virtude dos deslocamentos, os veículos ficam sujeitos a acidentes de trânsito e outros sinistros, sendo que a contratação de seguro total reduz o risco de perda patrimonial destes bens, bem como de eventuais demandas judiciais decorrentes de acidentes.

3.3. Os motoristas e servidores que utilizam os veículos ainda, podem, em situações de trânsito, estarem sujeitos a danos corporais, lesões permanentes e até a morte, sinistros esses que são cobertos pela apólice de seguro total dos veículos.

3.4. Acerca da necessidade de segurar-se a frota de veículos municipais, assim já se manifestou o TCEMG – Tomada de Contas Especial nº 969442. Conselheira-Relatora: Adriene Andrade – 03.10.2017:

(...) “4. A contratação de seguro para os veículos de propriedade da Administração Pública é uma forma eficiente de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário pela ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda dos veículos, além de a resguardar contra eventuais demandas judiciais em decorrência de acidentes provocados por seus agentes.”

3.5. Dessa forma, é recomendado efetuar seguro da frota, em nome da segurança dos servidores e a fim de resguardar o Órgão Público.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo abrange a contratação de serviço de seguro, dos veículos integrantes da frota da Câmara Municipal de Betim pelo período de 12 (doze) meses.





4.2. O contratado deverá prestar assistência 24h por dia, em casos de panes ou acidentes quando for inviável transitar o veículo, situação em que deverá ser fornecido, gratuitamente, veículo do tipo guincho, sem limite de quilometragem.

4.3. As coberturas de assistência 24h, deverão incluir gratuitamente: troca de pneu, carga de bateria, pane seca e serviços de chaveiro.

4.4. O valor de cobertura para danos materiais causados a terceiros será de valor não inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

4.5. O valor de cobertura para danos corporais a terceiros será de valor não inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

4.6. Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro.

4.7. O valor de cobertura para os casos de responsabilidade civil por danos morais não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4.8. A franquia do veículo deverá ser a do tipo "normal".

4.9. A cobertura deverá incluir, mediante franquia específica: substituição de lanternas, faróis, retrovisores, para-brisa dianteiro, para-brisa traseiro e vidros laterais.

4.10. A cobertura do seguro deverá ser compreensiva, contemplando os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, morte e/ou invalidez, danos materiais e corporais.

4.11. Em caso de sinistro que resulte em perda total do veículo segurado, a seguradora se obrigará ao pagamento de indenização, que deverá ser de 100% (cem por cento) do valor de mercado à época do sinistro, auferido mediante publicações da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), considerando-se a última publicação anterior à ocorrência do sinistro.

4.12. A descrição da solução apresenta-se técnica e economicamente viável, pois o histórico brasileiro demonstra a existência de mercado sólido, tendo a administração pública obtido êxito na maioria dos certames com objeto similar, como se pode verificar no Portal de Compras do Governo Federal, onde diversos órgãos fazem aquisição do objeto desta contratação para atendimento da sua demanda.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A seguradora e participante deverá possuir competente autorização concedida pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

5.2. A seguradora participante deverá cumprir as normas aplicáveis à atividade de seguro.

5.3. A efetivação do seguro se dará pela competente emissão das apólices de seguro pela entidade seguradora, válida pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de sua emissão.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A Câmara possui apenas 3 (três) veículos em sua frota. Portanto, considerando a natureza divisível do objeto, os itens não serão agrupados, sendo a contratação realizada por item, conforme tabela adiante.

Assinatura:
Carimbo: Marcelo Lacerda dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Betim

6.2. Efetuar a licitação por item poderá proporcionar economicidade para o órgão público, buscando as melhores propostas para cada um dos itens descritos e a estrutura administrativa da CMB comporta a gestão de eventuais 3 (três) apólices de seguradoras distintas.

Item	Descrição do veículo
1	Fiat Argo Drive 1.3, 2018/2019, placa QPX-8768, chassi 9BD358A4HKYJ34425
2	Renault Logan Life 1.0, 2023/2024, placa SIX-5I85, chassi 93Y4SRT55RJ779101
3	VW Saveiro CS RB MPI 1.6, 2023/2023, placa SIN-8A64, chassi 9BWKL45U5PP055490

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

7.1. O objeto a ser contratado é de natureza comum, apresentando padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inciso XIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8. DA NECESSIDADE DE VISITA TÉCNICA

8.1. O licitante poderá vistoriar os veículos, nas instalações da Câmara Municipal de Betim, acompanhado por servidor designado para esse fim, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data e horário previstos para a abertura da sessão pública, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo endereço eletrônico dir.administrativa@camarabetim.mg.gov.br ou telefone (31) 2010-3481.

9. DO VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado será apurado pelo Departamento de Compras e constará em cláusula específica no respectivo instrumento convocatório da contratação

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso alocado nas dotações orçamentárias constantes no **Instrumento Convocatório**.

11. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

11.1. A validade da proposta deverá ser de no mínimo **60 (sessenta) dias**.

12. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

12.1. As especificações e quantitativos estão descritos no quadro seguinte, sendo que a classe de bônus dos veículos deverá ser considerada quando da apresentação da proposta:





Item	Qtde.	Serviço de proteção veicular por 12 meses para o veículo:	Bônus atual	Bônus nova apólice
1	1	Fiat Argo Drive 1.3, 2018/2019, placa QPX-8768, chassi 9BD358A4HKYJ34425	10	10
2	1	Renault Logan Life 1.0, 2023/2024, placa SIX-5I85, chassi 93Y4SRT55RJ779101	0	1
3	1	VW Saveiro CS RB MPI 1.6, 2023/2023, placa SIN-8A64, chassi 9BWKL45U5PP055490	0	1

13. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

13.1. O serviço deverá ser realizado no Anexo da Câmara Municipal de Betim, à Rua Rio de Janeiro, 330, 2º andar, Centro, Betim/MG.

13.1.1. Setor: Diretoria Administrativa

13.1.2. Agendar a execução do serviço no horário de 09 às 17 horas, de segunda a sexta-feira na Diretoria Administrativa com Priscila ou Rafaela.

14. DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

14.1. Em até 24h (vinte e quatro horas) após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da CMB, ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A empresa CONTRATADA somente poderá pedir prorrogação de prazo quando verificar a interrupção dos serviços determinados pela CMB, ocorrência de força maior ou caso fortuito, ou ainda a necessidade de aditivo por aumento de serviços, devidamente comprovados e entregue no Protocolo Geral da CMB, antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.

15.3. Admite-se a possibilidade de endosso de seguro, de forma a permitir alterar ou adicionar coberturas, cláusulas, limites ou informações na apólice em caso de necessidade do órgão público, a ser fundamentada.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

16.1. A CONTRATADA deverá apresentar Faturas de Pagamento, que deverão ser devidamente atestadas pela Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Betim para aferição da execução do objeto.

16.1.1. As Faturas deverão ser obrigatoriamente acompanhadas da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade



de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 62 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pela diretoria demandante.

17.1.1. Constatando-se, a situação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

17.1.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.1.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do Processo Administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, devendo a apólice de seguro ter a vigência no prazo de um ano contado da data do início de vigência do período segurado.

18.2. No caso de prorrogação do contrato, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021, deverá ser comprovada a vantajosidade da renovação da apólice, aferindo os valores de mercado à época, considerando que o valor do prêmio de seguro sofre alterações conforme variantes de mercado.

18.3. No caso de prorrogação, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação de, no máximo, o percentual apurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.4. Se houver prorrogação, a CONTRATADA deverá aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus e ofertar desconto correspondente, se houver.

19. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1. A formalização da contratação se dará pela emissão das Apólices de Seguro, pelo prazo de validade de 12 (doze) meses, contados da data do início de sua vigência.

19.2. As apólices terão sua vigência validada pelo correspondente pagamento da Fatura pela Câmara Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias após sua emissão.

19.3. Uma vez as apólices estando em vigor, todas as coberturas descritas na mesma estarão contratadas e deverão ser cumpridas pela contratada, em caso de acionamento do seguro.





19.4. Em caso de sinistro que envolva o acionamento das coberturas especificadas nas apólices, o recebimento do serviço/indenização será em caráter provisório, reservando-se a Câmara Municipal de Betim, o direito de, no prazo de **90 (noventa) dias**, indicar quaisquer falhas nos serviços prestados ou nas coberturas seguradas. Somente após este período será considerada definitiva sua execução.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

20.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

20.4. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação de serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

20.5. A CMB não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Prestar assistência durante 24h (vinte e quatro horas) por dia, em caso de acionamento por parte da contratante.

21.2. Em caso de sinistro, garantir a execução dos serviços segurados em concessionárias autorizadas pelas fabricantes dos veículos; ou em oficinas credenciadas pela CONTRATADA, igualmente capazes de prestar serviços com a mesma qualidade das concessionárias, localizadas em um raio máximo de 40 (quarenta) quilômetros da sede da contratante.

21.3. Em caso de sinistro, garantir a utilização de peças novas originais, admitindo-se a utilização de peças novas não originais, desde que mantenham as especificações técnicas das fabricantes dos veículos.

21.4. Indenizar a CONTRATANTE, com os valores constantes nas apólices, em caso de sinistro que envolva perda total do veículo, ou cobertura por danos materiais, corporais, morais, invalidez ou morte dos ocupantes do veículo segurado.

21.5. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, quando for o caso.



21.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da CMB.

21.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

21.8. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

21.9. É dever da empresa vencedora/CONTRATADA manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com a CMB, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

21.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 124 da Lei nº 14.133/21.

21.11. Manter durante a execução deste contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

21.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas no que diz respeito ao seguro dos veículos.

21.13. Garantir a qualidade dos serviços a serem prestados por sua rede credenciada: oficinas, mecânicos e demais prestadores de serviços.

21.14. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

21.15. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

22. DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

22.1. A gestão do Contrato será realizada pelo responsável pela Diretoria Administrativa.

22.2. A fiscalização do Contrato será realizada pelo coordenador do Departamento de Transporte.





23. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela CMB para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a pagamento, repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

23.1.1. A prestação do objeto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pela CMB, por intermédio da Diretoria solicitante, que acompanhará a prestação do serviço, de acordo com o determinado neste termo de referência, edital e demais anexos pertinentes, controlando a conformidade de sua execução, notificando à empresa CONTRATADA a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

23.2. Serão atribuições do fiscal do contrato indicado neste Termo de Referência:

23.2.1. verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto contratado;

23.2.2. assegurar à empresa CONTRATADA acesso as suas dependências, por ocasião da execução do serviço;

23.2.3. agir e decidir em nome da CMB, inclusive, para rejeitar o(s) serviço(s) em desacordo com as especificações exigidas;

23.2.4. comunicar oficialmente à empresa CONTRATADA quanto à rejeição do(s) serviço(s);

23.2.5. certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) serviço(s) executado(s) ao que foi solicitado;

23.2.6. exigir da empresa CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

23.2.7. solicitar a sustação do pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento;

23.2.8. transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;

23.2.9. solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de notificações, advertências e de multas à empresa CONTRATADA;

23.2.10. no exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

23.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CMB ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.



24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

24.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução contratual, considerando o baixo valor global da contratação.

25. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS

25.1. A garantia contratual será através da emissão das apólices de seguro dos veículos, com validade de 12 (doze) meses contado da data de início de sua vigência, onde estarão especificadas todas as coberturas contratadas, nos termos deste Termo de Referência.

25.2. As peças que porventura forem utilizadas para a execução do serviço que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras peças novas originais, admitindo-se a utilização de peças novas não originais, desde que mantenham as especificações técnicas das fabricantes dos veículos.

26. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

26.1. O critério de seleção do fornecedor mais indicado é **MENOR PREÇO POR ITEM** e a modalidade de contratação será definida pela Diretoria de Compras e Contratos.

27. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

27.1. A empresa seguradora deverá cumprir todas as determinações constantes na Circular SUSEP Nº 666, de 27 de junho de 2022, que dispõe sobre requisitos de sustentabilidade a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.

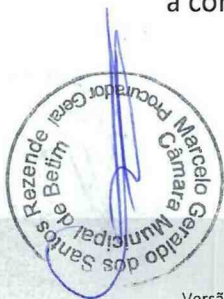
27.2. As peças e fluídos que vierem a ser trocados por qualquer um dos prestadores de serviço credenciados pela seguradora, deverão cumprir o descarte sustentável e responsável, após verificação e aceite do fiscal do contrato.

28. DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

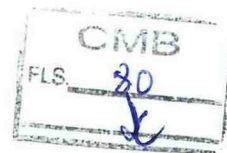
29. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

29.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CMB à continuidade do contrato.





**CÂMARA
MUNICIPAL DE
BETIM**



ANEXO II (modelo)

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA READEQUADA)

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2024

PAC Nº CMB0022/2024

A empresa _____, com sede na
_____, Nº _____ - Bairro _____, na cidade de
_____, CEP _____, inscrita no CNPJ Nº
_____, neste ato representada pelo seu
_____, senhor
_____, portador do CPF Nº
_____, e-mail _____ institucional:
_____, telefones: _____

conta bancária no banco: _____, agência: _____, conta nº: _____ propõe à Câmara Municipal de Betim, referente a Contratação de serviço de proteção veicular (seguro total) para os três veículos integrantes da frota da Câmara Municipal de Betim: Fiat Argo Drive 1.3, 2018/2019, placa QPX-8768; Renault Logan Life 1.0, 2023/2024, placa SIX-5185; e VW Saveiro CS RB MPI 1.6, 2023/2023, placa SIN-8A64, objeto do Aviso de Contratação Direta em epigrafe, de acordo com o Termo de referência, bem como os demais anexos fornecidos, a seguinte proposta:

a) Validade da proposta: conforme Termo de Referência, a contar da data de entrega desta carta de proposta.

b) Prazo para a entrega / execução dos serviços: conforme Termo de Referência.

c) Caso sejamos a empresa vencedora, indicamos o (a) senhor (a) _____, na função de _____, portador (a) do CPF N. _____ e RG N. _____, como preposto de nossa empresa, autorizado mediante contrato social / procuração / estatuto ou outro documento legal, a firmar contrato.

d) Preço Proposto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE.	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL

R\$ 0,00

Valor por extenso





CÂMARA
MUNICIPAL DE
BETIM

- Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Aviso de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2024**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.
- Ainda, assumimos a responsabilidade integral pela fiel compatibilidade entre os detalhes especificados no Aviso e o material a ser fornecido e dos demais prazos e condições nele estabelecidos.
- Declaramos, finalmente, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa contratação no presente processo licitatório, e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Atenciosamente,

Local: _____, data: _____ / _____ / 2024.

Assinatura do representante Legal

*Preferencialmente, assinar eletronicamente
através de certificado digital ICP-Brasil*





**CÂMARA
MUNICIPAL DE
BETIM**



ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELA FORNECEDOR
CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2024

PAC Nº CMB0022/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO VEICULAR (SEGURO TOTAL) PARA OS TRÊS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BETIM: FIAT ARGO DRIVE 1.3, 2018/2019, PLACA QPX-8768; RENAULT LOGAN LIFE 1.0, 2023/2024, PLACA SIX-5185; E VW SAVEIRO CS RB MPI 1.6, 2023/2023, PLACA SIN-8A64.

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) Nº _____, inscrição estadual Nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nº	NOME E ENDEREÇO DO ÓRGÃO PÚBLICO OU EMPRESA PRIVADA	Nº DO CONTRATO	VIGÊNCIA DO CONTRATO	VALOR MENSAL DO CONTRATO	VALOR TOTAL DO CONTRATO*
1					
2					
3					
VALOR TOTAL DO CONTRATOS: R\$ 0,00					

**Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.*

A) COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO:

Cálculo demonstrativo de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pelo fornecedor não é superior ao Patrimônio Líquido do fornecedor.

$$\left(\frac{\text{VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}{\text{VALOR TOTAL DOS CONTRATOS}^*} \right) \times 12 > 1 \text{ (um)}$$



B) COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO:

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

$$\frac{(\text{VALOR DA RECEITA BRUTA} - \text{VALOR TOTAL DOS CONTRATOS*}) \times 100}{\text{VALOR DA RECEITA BRUTA}} = \%$$

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que **10%** (positivo ou negativo), o fornecedor deverá apresentar as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10% (positivo ou negativo)

Local: _____, data: _____ / _____ / 2024.

Assinatura e Carimbo do Emissor

Inserir o cargo e função

Nome da empresa

*Preferencialmente, assinar eletronicamente
através de certificado digital ICP-Brasil*

Observações:

1. O Valor total dos Contratos considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.
2. Além dos nomes dos órgãos/empresas, o fornecedor deverá informar também o endereço completo dos órgãos e ou empresas privadas, de todos os contratos vigentes na data de abertura da presente Dispensa.
3. A declaração deverá ser emitida em papel com a identificação da empresa.
4. O Fornecedor, deve deixar disponível, caso se entenda pela necessidade de comprovação dos contratos assumidos, por meio documental (cópia dos contratos), bem como, todas as informações necessárias e legítimas que demonstrem e comprovem que os contratos apresentados têm veracidade em data oportuna.

